



Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de contrato de Delegação de Competências entre o Município e a Freguesia de Carnide, bem como aprovar a respetiva minuta de Contrato

PELOURO: Higiene Urbana

SERVIÇOS: DMHU

CONSIDERANDO QUE:

- A Lei 56/2012 de 8 de Novembro iniciou um processo único de descentralização entre autarquias locais proporcionando uma articulação e cooperação cada vez maior entre o município de Lisboa e as 24 freguesias que compõem a área geográfica de todo o município;

- Este processo que se iniciou após as últimas eleições autárquicas com a constituição dos novos órgãos autárquicos ao nível das freguesias e com a assunção de novas competências próprias por parte das mesmas, como é o caso, por exemplo da limpeza urbana, do licenciamento e de novas competências na gestão do território;

- Desde então, as freguesias conseguiram, com sucesso, adaptar a sua estrutura organizacional de forma a acolher as novas competências, bem como, outras competências que têm vindo a ser delegadas em matérias de natureza diversa, tais como:

- a. Requalificação de Pavimentos, incluindo pavimentos pedonais.
- b. Execução do Plano de Acessibilidade Pedonal;
- c. Criação ou Requalificação de Passagens Pedonais Superiores e Inferiores;
- d. Criação de Bolsas de Estacionamento;
- e. Limpeza e Requalificação de Taludes e Expectantes;
- f. Requalificação de Logradouros;
- g. Recuperação de Escadarias;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- h. Requalificação de Jardins;
- i. Recuperação de Lagos;
- j. Requalificação dos Parques Infantis públicos em património municipal;
- k. Criação e Requalificação de Equipamentos em Infraestruturas (mercados; equipamentos culturais, desportivos e sociais, etc.);
- l. Circuitos de Fitness e Manutenção;
- m. Parques Caninos;
- n. Execução do Orçamento Participativo.

- Os relatórios de Monitorização do Processo de Reforma Administrativa de Lisboa apontam para a necessidade de “abertura de novas direcções e possibilidades para a governação de proximidade”, identificando com muita clareza que nos encontramos numa nova etapa que evidencia novas “posturas e soluções de carácter diferenciador (face ao paradigma anterior), quer no que concerne às áreas de competências herdadas quer ainda em novas dimensões de acção pública de proximidade entretanto abertas”;

- A Câmara Municipal de Lisboa deu boa nota da Recomendação n.º 1/91 da Assembleia Municipal, em que esta recomendou à CML “adaptar um modelo base, normalizado e uniformizado para os Contratos interadministrativos estabelecidos entre a Câmara e as Juntas, para competências em obras a realizar em áreas estruturantes da cidade, incrementando essa prática de forma equitativa”;

- Nessa medida foi introduzido um novo impulso ao processo de descentralização, abrindo novos caminhos, delegando novas competências nas freguesias, sempre que o município e as freguesias sintam que isso trará claros benefícios para a população, quer pela proximidade, quer pela celeridade na execução;

I - Fundamentação de direito:

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;

- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116.º e ss -, se determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- c) Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente;
- f) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- h) Nessa medida, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos;
- i) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- j) Nessa medida, o legislador veio permitir que, através de contratos interadministrativos, a câmara municipal e as juntas de freguesia, no exercício pleno da sua autonomia, venham articular no levantamento das necessidades e interesses coletivos das suas comunidades locais, cooperar na elaboração dos estudos necessários que instruem as respectivas propostas, e acordar "os termos e condições adequados ao exercício, por cada freguesia, em nome próprio, da competência municipal, com vista a garantir a satisfação daquelas necessidades e interesses colectivos no tempo adequado, segundo critérios de necessidade



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

e suficiência dos recursos"- Vide nesse sentido, Parecer n.º 0003/SG/DJ/DCAJ/2017, elaborado pelo Departamento Jurídico;

- k) É, pois, nesta senda que, foi acordado o prazo de vigência in casu, como o tempo necessário e, portanto, apropriado ao exercício das competências municipais subjacentes pela Junta de Freguesia, e por conseguinte respeitando os princípios gerais previstos no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- l) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- m) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.

II - Fundamentação de facto

II.1. NO ÂMBITO DA CRIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

II.1.A- Intervenção única:

Proceder às intervenções de requalificação do Posto de Limpeza do Bairro Padre Cruz e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento **do contrato anexo à presente proposta.**

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 23º, na alínea k) do artigo 25º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º, todos do regime jurídico das autarquias locais e dos artigos 116.º e seguintes do regime jurídico da delegação de competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei:

1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide respectivamente, para:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

1.1. EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES

1.1.1. NO ÂMBITO DA CRIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

1.1.1.1. Intervenção única:

- Intervenção ao nível da oficina do Posto de Limpeza:
- Projetos de Segurança Contra Incêndios
- Substituição de Cobertura
- Sistema AVAC
- Execução de Balneários Masculinos e Femininos

1.2. AUTORIZAR A AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, NOS TERMOS SEGUINTE:

1.2.1. Para efeito do disposto no ponto 1.1.1. da parte deliberativa, a seguinte afectação:

1.2.1.1. Intervenção única:

1.2.1.1.1 Afectação, para a mesma Freguesia, da quantia de **€ 60.000,00** (sessenta mil euros), que resulta dos seguintes parciais:

- Intervenção ao nível da oficina do Posto de Limpeza:
- Projetos de Segurança Contra Incêndios
- Substituição de Cobertura
- Sistema AVAC
- Execução de Balneários Masculinos e Femininos

1.2.1.1.2. Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia de Carnide seja realizada da seguinte forma:

- 1ª prestação:** no montante de € 36.000,00 (trinta e seis mil euros) equivalente a 60% do montante imputado às intervenções a desenvolver, vinte dias após a celebração do presente contrato;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- b. **2ª prestação:** no montante de € 24.000,00 (vinte e quatro mil euros) equivalente a 40% do montante imputado às intervenções a desenvolver, com a conclusão de todas as intervenções previstas realizar.

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Rúbrica Económica L17.01, económica 08.05.01.01.01, Ação do Plano A4.P002.15 – Contrato de Delegação de Competências., ficando o mesmo condicionado à aprovação da Alteração Orçamental.

2. Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.

Lisboa, 7 de abril de 2017.

O Vice-Presidente

Duarte Cordeiro



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DACM
n.º 183/2017
JL

MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Duarte Cordeiro, e adiante designada por **Primeira Contratante**.

E

FREGUESIA DE CARNIDE, pessoa coletiva n.º 505 207 117, com sede no Largo das Pimenteiras, n.º 6, Lisboa, aqui representada pelo Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Fábio Sousa, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

CONSIDERANDO QUE:

I- FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e seguintes -, determina-se que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- c) O diploma supra referenciado dispõe que as referidas delegações de competências devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente;
- f) Nessa medida, o legislador veio permitir que, através de contratos interadministrativos, a câmara municipal e as juntas de freguesia, no exercício pleno da sua autonomia, venham



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

articular no levantamento das necessidades e interesses coletivos das suas comunidades locais, cooperar na elaboração dos estudos necessários que instruem as respectivas propostas, e acordar “os termos e condições adequados ao exercício, por cada freguesia, em nome próprio, da competência municipal, com vista a garantir a satisfação daquelas necessidades e interesses coletivos no tempo adequado, segundo critérios de necessidade e suficiência dos recursos” - vide nesse sentido, Parecer n.º 0003/SG/DJ/DCAJ/2017, elaborado pelo Departamento Jurídico;

- g) É, pois, nesta senda que, foi acordado o prazo de vigência, como o tempo necessário e, portanto, apropriado ao exercício das competências municipais subjacentes pela Junta de Freguesia, e por conseguinte respeitando os princípios gerais previstos no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- h) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, a presente de delegações de competências, foi instruída com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- i) Neste contexto, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados;
- j) A presente contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- k) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato subsume-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, e suas legais remissões, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo;

II- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

- l) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Carnide por deliberação da Assembleia Municipal, de _____, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- m) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- n) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, estabeleceu a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia nomeadamente na manutenção dos equipamentos afetos à gestão e manutenção do território;
- o) A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Carnide consideram de interesse mútuo e prioritário a reabilitação e requalificação do Posto de Limpeza do Bairro Padre Cruz que se encontra sob a gestão da Freguesia;
- p) Nos termos do disposto nas alíneas c) e e) do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012 de 08 de novembro, são competências próprias das Juntas de Freguesia, manter e conservar o equipamento e edifícios que se encontram sobre a sua gestão;
- q) No entanto, a reparação e reabilitação de fundo dos locais supra referidos, compreende intervenções mais abrangentes que, pela sua natureza e características não assumem uma dimensão de mera conservação e manutenção, mas sim de requalificação e beneficiação, integrando-se pois nas competências da Câmara Municipal previstas na alínea t) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

É celebrado o presente contrato de delegação de competências, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

SECÇÃO 1

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

SECÇÃO 1

Cláusula 1.ª

Objetivo da delegação de competências

1. O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo:

No âmbito do espaço público e equipamentos urbanos, melhorar as condições estruturais do edifício do Posto de Limpeza do Bairro Padre Cruz promovendo a melhoria das condições de



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

trabalho dos colaboradores do Posto, no que diz respeito á qualidade das instalações destinadas a vestiário/balneário/sanitários.

Cláusula 2.ª

Objeto contratual

Pelo presente contrato, a Primeira Contratante delega na Segunda Contratante as competências previstas na cláusula 3ª, do Capítulo I e no Capítulo II, ambos do presente contrato.

Cláusula 3.ª

Competências da Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas. Concretamente ao nível das três principais do processo de reabilitação do edifício (trabalhos preparatórios, demolições e construção civil);
- b) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- c) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- d) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- e) Realizar o objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- f) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- g) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- i) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

Cláusula 4.ª

Competências da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração dos procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato
- b) Acompanhar os trabalhos, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

SEÇÃO 2

CONTROLO E OUTRAS DISPOSIÇÕES

Cláusula 5.ª

Auditoria

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente Contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, podem promover reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizar visitas ao local objeto do presente Contrato.

Cláusula 6.ª



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
 - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
 - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Cláusula 7.ª

Competências delegadas na Segunda Contratante

1. No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá, ainda, à Segunda Contratante:
 - a) No âmbito da **intervenção de requalificação das instalações do Posto de Limpeza do Bairro Padre Cruz**:
 - i. Demolição de estruturas provisórias na área de oficinas
 - ii. Levantamento de blocos de pavimento em pavê existentes para criação de caixa para laje de fundo;
 - iii. Intervenção ao nível das fundações para criação de novas paredes de alvenaria;
 - iv. Substituição da cobertura;
 - v. Atualização das redes de água e de electricidade;
 - vi. Renovação de Balneários masculinos e femininos;
 - vii. Substituição da Rede AVAC;
 - viii. Implementação de medidas de segurança contra incêndios.

Cláusula 8.ª

Competências da Primeira Contratante



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

1. No âmbito do presente contrato, ainda, competirá à Primeira Contratante acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

Cláusula 9.ª

Imputação dos Recursos Financeiros

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, de acordo com presente Contrato, são os seguintes:

- i. O montante global é de € **60.000** (sessenta e sei mil euros), imputados às seguintes intervenções:
 - Intervenção ao nível da oficina do Posto de Limpeza
 - Projetos de Segurança Contra Incêndios
 - Substituição de Cobertura
 - Sistema AVAC
 - Execução de Balneários Masculinos e Fêmeinos
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** da seguinte forma:
 - a. **1ª prestação:** no montante de € 36.000,00 (trinta e seis mil euros) equivalente a 60% do montante imputado às intervenções a desenvolver, vinte dias após a celebração do presente contrato;
 - b. **2ª prestação:** no montante de € 24.000,00 (vinte e quatro mil euros) equivalente a 40% do montante imputado às intervenções a desenvolver, no 3º trimestre de 2017 e com a conclusão da intervenção.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 10.ª



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Anexos

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas e desenhadas anexas, identificadas como Anexos.

Cláusula 11.ª

Entrada em vigor e Período de vigência

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Paços do Concelho de Lisboa, ____ de abril de 2017.

Pela Primeira Contratante,

O Vice-Presidente

Duarte Cordeiro

Pela Segunda Contratante,

O Presidente da Junta de Freguesia

Fábio Sousa



ESTUDO AO ABRIGO DO ARTIGO 122.º CONJUGADO COM O N.º3 DO ARTIGO 115.º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO NO ÂMBITO DO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DE CARNIDE

Nota prévia:

No âmbito da Recomendação nº1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesias, são instruídas com os estudos previstos no nº3 do artigo 115.º, ambos do anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro.

Em relação a cada uma das propostas de intervenção há a considerar os aspetos abaixo descritos, que correspondem as respetivas alíneas do n.º 3. do artigo 115º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro.

1.1. Enquadramento Geral da Intervenção

Refere-se o presente estudo à Empreitada de Remodelação do Posto de Limpeza do Bairro Padre Cruz, pertencente à Freguesia de Carnide, sito na Rua Rio Tejo

O edifício está disposto em apenas um piso. Alberga um gabinete com I.S incorporado, com 18,20m²; uma cozinha/refeitório com 32,62m²; um balneário/vestiário/I.S. masculino com 3 duches, 2 I.S. com uma área total de 31,69m²; um balneário/vestiário/I.S. feminino com 2 duches e 1 I.S. com a área de 16,33m²; uma zona de arrumos com 5,33m² e uma zona de circulação com 10,03m².

O Posto de limpeza tem a área total de implantação de 136,12m² (Planta anexa).

Atualmente, e fruto de um desgaste prolongado ao longo do tempo, o edifício apresenta alguns sinais de degradação, com algumas patologias visíveis. Para além disso e fruto das novas necessidades por parte da Junta de Freguesia, pretende-se remodelar a zona dos balneários vestiários, oficina e redes de abastecimento de forma a efetuar uma melhoria nas condições de salubridade, segurança e saúde.

Trabalhos a desenvolver:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

- Intervenção ao nível da oficina do Posto de Limpeza
- Projetos de Segurança Contra Incêndios
- Substituição de Cobertura
- Sistema AVAC
- Execução de Balneários Masculinos e Femininos

1.2.1. Levantamento Fotográfico



Vista Geral do Posto de Limpeza



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A



Entrada Principal



Zona de Refeitório



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



Área de Balneários



Área de Vestiário



1.2.2. Resposta às questões do n.º 3 do artigo 115º

a) O não aumento da despesa pública global;

A intervenção a executar irá impedir o acelerar da degradação do espaço a qual se encontra numa fase praticamente irreversível. Pretende-se recuperar o interior e o exterior dos espaços com materiais e soluções mais adequadas e atuais, valorizando o património e melhorando as condições de trabalho dos funcionários, evitando também que a edificação se deteriore mais, ampliando-se os custos da sua recuperação com o decorrer do tempo e da utilização.

A intervenção proposta potenciará a atuação desta Junta de Freguesia pelo exetável decréscimo na afetação de recursos à manutenção e recuperação do edificado.

b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias locais ou pelas entidades intermunicipais;

Com a intervenção proposta as patologias e os problemas no edifício ficarão minimizados ou mesmo resolvidos, não se tornando necessárias intervenções de manutenção tão frequentes ou dispendiosas.

c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias locais ou das entidades intermunicipais;

Haverá uma maior celeridade e amplitude no controlo da execução do contrato, com a afetação de recursos que executarão estas tarefas sem se dispersarem por outro tipo de funções. A maior proximidade das Juntas de Freguesia das populações permite uma maior eficácia e uma resposta mais rápida a eventuais problemas que possam surgir.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

d) O cumprimento dos objetivos referidos no artigo 112.º;

A presente ação, coordenada com a Junta de Freguesia, tem como objetivo resolver problemas que são alvo de críticas. Garante uma maior racionalização dos recursos humanos e materiais disponíveis pela diminuição do número de intervenções de manutenção que seriam necessárias, libertando recursos para outras ações.

e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

A presente proposta foi articulada entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Carnide, no âmbito das correlativas competências.

O Chefe de Divisão

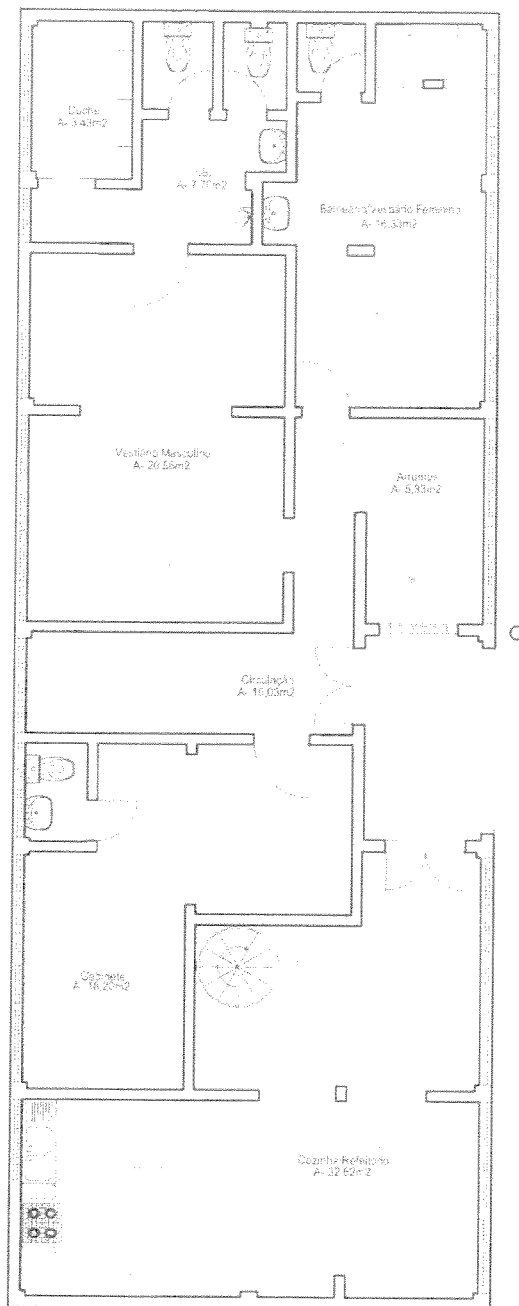
Rita Santos Lucas



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ANEXO

- 1. Plantas de Localização**
- 2. Mapa de quantidades de trabalhos a realizar**



- Todas as cotas indicadas neste desenho devem ser devidamente retificadas em obra



Câmara Municipal de Lisboa
Direcção Municipal de Higiene Urban
Departamento de Higiene Urbana

Localização:

POSTO DE LIMPEZA Bº PADRE CRUZ
Rua Rio Tejo

Escala:

1/100

Designação:

Planta geral do piso

Desenho nº.

01

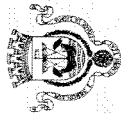
MAPA DE QUANTIDADES

TOTAIS					
Art	Un	Descrição	Quantidade	Preço Unit.(€)	Total (€)
		Oficina de Posto de Limpeza			
1		TRABALHOS PREPARATÓRIOS			
1.1	Vg.	Demolição de estruturas provisórias em alvenaria outros materiais, telheiros em chapa ondulada e mobiliário fixo existente, incluindo o transporte a vazadouro autorizado	1,00	360,00	360,00
1.2	m2	Levantamento de blocos de pavimento em pavê existentes para criação de caixa para laje de fundo, incluindo o transporte a vazadouro autorizado	42,00	6,00	252,00
2		Fundações			
2.1	m1	Abertura de vala para execução de caboucos para as novas paredes de alvenaria	17,50	9,60	168,00
2.2	kg	Corte sobragem, armação e aplicação de aço A400NR em caboucos	94,50	1,20	113,40
2.3	m3	Fornecimento, espalhamento e vibração de betão C25/30 com descarga directa em fundações	1,05	120,00	126,00
3		Pavimentos			
3.1	m2	Fornecimento, espalhamento e compactação de camada de regularização em tout-venant	42,00	4,80	201,60
3.2	m2	Execução de pavimento em betão armado com 10cm reforçado com malhasol sob filme plástico	42,00	15,60	655,20
3.3	m2	Fornecimento e aplicação de peças de mosaico a definir pelo cliente incluindo colas e betumagem	42,00	18,00	756,00
3.4	m1	Execução de soleira em vão para portão	3,00	24,00	72,00
4		Paredes			
4.1	Vg.	Execução de pilares de canto com betão, incluindo aplicação de varões e estribos de aço	1,00	600,00	600,00
4.2	m1	Execução de viga de coroamento das paredes em betão	17,50	14,40	252,00
4.3	m2	Execução de paramentos em alvenaria de tijolo de 15cm	62,40	21,31	1329,87

TOTAIS					
Art.	Un	Descrição	Quantidade	Preço Unit.(€)	Total (€)
4.4	m2	Execução de rebocos de cimento e areia sob novos panos de alvenaria	129,60	7,80	1010,88
4.5	m2	Pintura de paredes interiores com aplicação de primário e duas demãos de tinta aquosa na cor branco	79,20	4,20	332,64
5		Cobertura			
5.1	m	Fornecimento e montagem de perfis em tubo estrutural para ripado da chapa de cobertura	12,00	6,00	72,00
5.2	m2	Fornecimento e montagem de painel de cobertura de sanduiche em poliuretano de 30mm, incluindo rufo e fixações	42,00	21,60	907,20
5.3	m	Fornecimento e montagem de alçerox em PVC cor branco e tubo de queda de descarga ao solo	7,00	20,40	142,80
6		Serralharia - Vãos			
6.1	Vg.	Fornecimento e montagem de portão em chapa de aço de três folhas de batente com visor, incluindo lacagem na cor verde "garrafa"	1,00	360,00	360,00
6.2	Un	Fornecimento e montagem de vão de alumínio de duas folhas de correr com vidro aramado	1,00	90,00	90,00
6.3	Un	Fornecimento e montagem de moldura de protecção de vão em cantoneira com rede tremida incluindo lacagem na cor verde "garrafa"	1,00	60,00	60,00
7		Rede Elétrica			
7.1	Vg.	Execução de rede elétrica em tubo vb à vista, incluindo novas tomadas, rede para iluminação e comutadores e todos os acessórios necessários	1,00	360,00	360,00
7.2	Un	Fornecimento e montagem de luminárias saíentes em acrílico de duas lâmpadas fluorescentes	3,00	48,00	144,00
8		Rede de Águas e Esgotos			
8.1	Vg.	Execução de rede de águas em tubo de aço inox, incluindo acessórios	1,00	180,00	180,00
8.2	Un	Fornecimento e montagem de torneira	1,00	30,00	30,00
8.3	Vg.	Execução de ponto de esgoto para lavatório incluindo ligação à rede existente	1,00	96,17	96,17
8.4	Un	Fornecimento e montagem de lavatório de coluna em louça	1,00	54,00	54,00
9		Exteriores			

TOTAIS					
Art.	Un	Descrição	Quantidade	Preço Unit.(€)	Total (€)
9.1		Pintura de paredes exteriores com aplicação de primário e duas demão de tinta aquosa na cor branco	48,80	6,80	331,84
		Projectos SCIE			
10		Projectos			
10.1		Vg Execução de projectos de SCIE incluindo planas de emergência, medidas de autoprotecção, incluindo ainda o levantamento da arquitetura do executado para 3 postos de cantoneiros	1,00	2640,00	2640,00
		Cobertura em Fibrocimento			
11		Trabalhos Preparatórios			
11.1		Vg Elaboração de processo instrutório junto do ACT referente a trabalhos de remoção ou demolição de amianto de acordo com a legislação em vigor à data, incluindo a afetação de um TSSHT assim como a elaboração de um plano de trabalhos e demais documentação instrutória	1,00	1300,00	1300,00
11.2		Un Recolha e análise laboratorial de uma amostra em material para verificação de existencia de fibras de amianto	1,00	481,00	481,00
12		Demolições			
12.1		m2 Remoção e demolição de chapas de cobertura em fibrocimento com pessoal qualificado com EPI's certificados para o efeito, incluindo a previa montagem de andaimes e plataformas de trabalho provisórias, assim como a locação de cabine de descontaminação	152,00	20,80	3161,60
12.2		m2 Acondicionamento e rotulagem dos produtos de demolição contendo amianto incluindo seu transporte em viatura amphiroll com o seu respectivo tratamento e gestão dos resíduos	152,00	8,89	1352,00
13		Construção Civil			
13.1		m2 Fornecimento e montagem de painel sanduche em cor de catalogo incluindo ferragens de fixação, rufos e remates em chapa quinada nas seguintes dimensões Painel de 50mm	152,00	34,72	5278,00
13.2		m2 Pintura de paredes exteriores incluindo preparação da base	165,00	6,80	839,80
13.3		m2 Pintura de paredes e tectos interiores incluindo preparação da base	380,00	6,80	2584,00

TOTAIS					
Art.	Un	Descrição	Quantidade	Preço Unit.(€)	Total (€)
13.4	Vg.	Execução de reforço da estrutura existente	1,00	2350,00	2350,00
13.5	m2	Execução de tecto falso em pladur, incluindo todos os trabalhos de fixação e betumagem	152,00	30,00	4560,00
14		AVAC			
14.1		Ar- Condicionado Sede			
14.1.1	Un	Unidade de Tecto Mitsubishi Mod. PCZ-RP71KAQ	1,00	3370,00	3370,00
14.1.2	Un	Montagem Eletromecânica (Excepto roços e furações)	1,00	250,00	250,00
14.2		Ar- Condicionado Bairro Padre Cruz			
14.2.1	Un	Unidade Mitsubishi Mod. MSZ-HJ25VA	1,00	1650,00	1650,00
14.2.2	Un	Montagem Eletromecânica	1,00	175,00	175,00
14.3		Ventilação - Centro Históico			
14.3.1	Un	Sistema de extracção de Ar dos Banheiros	1,00	2900,00	2900,00
15		POSTO DE LIMPEZA SEDE			
15.1		Execução de Banheiros masculinos e femininos			
15.1.1	m2	Execução de paredes divisórias em alvenaria e pladur, incluindo revestimento final	62,78	45,00	2825,10
15.1.2	m2	Execução de pavimento anti-derrapante em toda a área dos banheiros	35,50	45,00	1597,50
15.1.2	m2	Execução de pavimento cerâmico na zona da arrumação de ferramentas e máquinas	23,68	35,00	828,80
15.1.3	m2	Pintura de paredes e tectos	258,00	6,80	1754,40
15.1.4	Vg	Execução de rede de águas e esgotos, incluindo o fornecimento e assentamento de 2 sanitas, 2 lavatórios, 1 mictório e 6 bases de duche com 60x60	1,00	2975,00	2975,00
15.1.5	Vg	Execução de rede eléctrica incluindo o fornecimento de luminárias	1,00	2045,00	2045,00
TOTAL GERAL					56 626,80



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2017
Data Lanç.: 13.04.2017
Data Doc.: 13.04.2017
Doc. Origem: PROTOCOLO
Descrição: DELEGAÇÃO COMPET PROTOCOLO JF CARNIDE
Orgânica: L17.01
Dep.de Higiene Urbana

Nº Cabimento: 5317003554
NUP: 617002452

Funcional: _____

Moeda: EUR

Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
08.05.01.01.01	A4.P002.15	0,00	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00	135.000,00	70.000,00	65.000,00
	Totais	0,00	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00	135.000,00	70.000,00	65.000,00

Total do Valor Cabimentado 70.000,00

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____
Contrato Escrito _____ Exigido [] Não Exigido []
Visto Tribunal de Contas _____ Exigido [] Não Exigido []
Comunicação Adicional T. C. _____ Exigido [] Não Exigido []

Prop. n.º 183/2017
Fls. _____

Data: 13.04.2017	Hora: 15:05:12	Util: QCARVALHO	Visto
Pág: 1 / 1			

PROCESSADO POR COMPUTADOR



Câmara Municipal de Lisboa
Direcção Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

DACM
Prop. n.º 183/2017
Fls. _____

DACM
Prop. n.º 184/2017
Fls. _____

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 30.04.2017

Nº

514 /2017

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

Junta de Freguesia de Carnide	Aguarda AO	70.000,00 €
Junta de Freguesia da Misericórdia	Aguarda AO	65.000,00 €
		135.000,00 €

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

Valor a comprometer na L17.01

135.000,00 €

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 13 de Abril de 2017

O Director de Departamento de Contabilidade

Carlos Gabriel



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 13 de abril de 2017, as atas, as moções e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 147 e 148/2017 das reuniões de Câmara de 01 e 09 de fevereiro de 2017.

(Aprovadas por unanimidade)

Moção n.º 17/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP)

Aprovar a Moção “Estacionamento e conservação do Centro Histórico de Carnide”, nos termos da moção;

	A favor	Contra	Abstenções
Rejeitada com a seguinte votação:	5 (2PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)	10 (7PS e 3Ind.)	----

Moção n.º 18/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP)

Aprovar a Moção “Sobre as políticas municipais no domínio da promoção de habitação a preços acessíveis”, nos termos da moção;

	A favor	Contra	Abstenções
Aprovada por maioria com a seguinte votação:	12 (7PS, 3Ind., e 2PCP)	----	4 (3PPD/PSD e 1CDS/PP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 182/2017

(Subscrita pelos Srs. Vereadores Paula Marques, Manuel Salgado e João Paulo Saraiva)

Deliberar submeter à Assembleia Municipal para que este órgão autorize a celebração do contrato de concessão da 'Operação Renda Acessível da Rua de São Lázaro', através de concurso público, com publicidade internacional, com financiamento, conceção, projeto, construção/reabilitação, conservação e exploração de bens imóveis do Município de Lisboa, no âmbito do "Programa Renda Acessível", nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 183/2017

(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município e a Freguesia de Carnide, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 184/2017

(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município e a Freguesia da Misericórdia, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 185/2017

(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município e a Freguesia de Santa Maria Maior, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 186/2017

(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de contrato de Delegação de Competências entre o Município e a Freguesia da Ajuda, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 187/2017

(Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar a atribuição aos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa da subvenção correspondente ao primeiro trimestre do ano de 2017, nos termos da proposta;

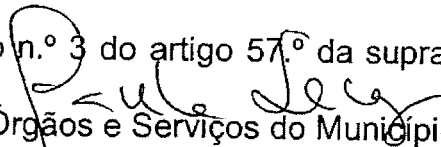
(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 188/2017

(Subscrita pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)

Aprovar a realização do Orçamento Participativo (OP) de Lisboa 2017, o valor a afetar e as Normas de Participação, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	9 (6PS e 3Ind.)	1 (PCP)	3 (2PPD/PSD e 1CDS/PP)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, aos 13 de abril de 2017

O Presidente


Fernando Medina

PROPOSTA N.º 183/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DE CARNIDE, BEM COMO APROVAR A RESPETIVA MINUTA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 184/2017 APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DA MISERICÓRDIA, BEM COMO APROVAR A RESPETIVA MINUTA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 185/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, BEM COMO APROVAR A RESPETIVA MINUTA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 186/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DA AJUDA, BEM COMO APROVAR A RESPETIVA MINUTA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Tenho agora nota de que se podem juntar as Propostas 12 a 16, portanto, Proposta 183/2017, 184/2017, 185/2017, 186/2017 e 187/2017. Quem vota contra? Sr. Vereador, que votar ou quer-se pronunciar?

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Não, é um pedido de informação em relação às Proposta 183 e 184, se existe cabimento orçamental, na 183 e na 184.

O Sr. Presidente em exercício: - Sr. Vereador João Paulo Saraiva.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Como deram conta, há poucos momentos atrás foram votadas Alterações Orçamentais, as pessoas da Direção Municipal estão a carregar, e portanto não estão ainda aqui os papéis, mas existem, existirão, e depois poderemos enviar ainda com data de hoje, antes desse momento.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Ah, já foram emitidos?

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Estão emitidos.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Então a votação é feita já com o cabimento já consignado em Ata. Obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Portanto, Sr. Vereador depois ainda há mais uma Proposta, portanto pedia atenção.

Portanto vou por à votação a Proposta 183, 184, 185, 186 e 187. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foram aprovadas por unanimidade.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação as Propostas 183, 184, 185, 186 e 187/2017, as quais foram aprovadas por unanimidade.